

## **APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS: DESENVOLVIMENTO DE UM PODCAST NA DISCIPLINA DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Eduarda Camargo Sansão<sup>1</sup>*

Palavras-chave: Ensino jurídico; aprendizagem baseada em projetos; podcast; direito constitucional;

### **1 INTRODUÇÃO**

Entre diversas experiências, o ensino jurídico tem sido confrontado ao longo dos últimos anos, em debates sobre como a educação para a formação jurídica deve ser concretizada. De forma geral, há uma intensificação de posições que requisitam uma nova roupagem para os cursos de graduação em Direito, direcionado para uma formação humanizada, axiológica e ampliada, destinada para a reflexão e uma perspectiva crítica.

Tal visão foi reforçada pelas orientações das Diretrizes e Bases Nacionais para os Cursos de Graduação em Direito, estabelecidas pela Resolução CNE/CES n. 9, com destaque para o art. 3º, o qual orienta a condução do estudante das ciências jurídicas para uma:

formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania (Brasil. Ministério da Educação, 2014).

Sob esse espectro, reflete-se sobre as construções pedagógicas realizadas no campo do curso de graduação em Direito, de modo direcionado a efetivar tal formação geral e multifacetada. Entende-se que a noção “interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica” (Brasil. Ministério da Educação, 2014) está alinhada com a estruturação de novos modelos de aprendizagem, capazes de expandir a autonomia discente.

No campo das metodologias ativas de aprendizagem, há um diálogo constante com a interdisciplinariedade, junto ao desenvolvimento de competências e habilidades associadas ao currículo propedêutico e profissional. Conforme Horácio Rodrigues (2019), as novas realidades e tecnologias convocam o docente para o uso de estratégias didáticas pedagógicas para que o discente

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Direito pelo PPGD/FCHS, Unesp, Universidade Estadual Paulista, campus Franca. Eduarda.sansao@unesp.br

possa alcançar um desenvolvimento ampliado, visto que é substancial o estabelecimento de “uma educação que além de renovada garanta a autonomia dos sujeitos” (Rodrigues, 2019, p. 13).

Sob esse escopo, destaca-se a “aprendizagem baseada em projetos”, relacionada a um debate concreto e que deve ser construída de forma interdisciplinar, para que o aluno possa construir competências transversais e estar em uma posição protagonista na construção do conhecimento. Também se trata de uma estratégia que contribui para estimular o pensamento crítico, em uma articulação entre a teoria e a prática (Dias, 2020).

A partir dos marcos explicitados, foi desenvolvido um projeto de construção de um podcast na disciplina de Direito Constitucional I, ministrada no primeiro ano do curso de Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, campus Franca, durante o segundo semestre letivo de 2024, em aplicação da “aprendizagem baseada em projetos” direcionado para a formação discente autônoma.

## 2 OBJETIVOS

O presente material tem como objetivo geral analisar o uso pedagógico da metodologia de ensino de “aprendizagem baseada em projetos” na disciplina de Direito Constitucional, sob o espectro da formação jurídica considerada no art. 3º da Resolução CNE/CES n. 9. Em termos específicos, considera os seguintes aspectos:

- 1) Refletir sobre as aplicações pedagógicas direcionadas para a formação jurídica nos cursos de graduação em Direito;
- 2) Analisar a metodologia de ensino “aprendizagem baseada em projetos” frente à perspectiva pedagógica do ensino jurídico;
- 3) Explicitar a sequência pedagógica para aplicação de um projeto de *podcast* na disciplina de Direito Constitucional;
- 4) Verificar a aplicação da sequência didática e resultados alcançados na aplicação da metodologia explicitada neste trabalho.

## 3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, considerou-se como abordagem metodológico a perspectiva dedutiva, em análise geral das aplicações pedagógicas para a formação jurídica nos cursos de graduação em Direito direcionado para a estruturação e aplicação de sequência didática específica no contexto da disciplina de Direito Constitucional I, ministrada no curso de Graduação em Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp, campus Franca, durante o segundo semestre letivo de 2024. Esse movimento também explicita uma segunda abordagem, a partir do método de caso.

Em termos procedimentais, considera-se a utilização da revisão bibliográfica como premissa para estruturação da compreensão ampliada das questões pedagógicas para o curso de graduação em Direito e para sistematização da sequência didática. Enquanto materiais, destaca a estruturação de uma sequência didática baseada em dez (10) semanas de trabalho, destinada a orientação do desenvolvimento do projeto. Considera-se, ainda, a aplicação de um formulário para autoavaliação e avaliação do projeto pelos discentes.

#### 4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS/FINAIS

Para elaboração do projeto, condensou-se quatro fases direcionadoras, conforme orientação didática publicada por Júlio César Sobral Pinto Dias (2020): objetivo, planejamento, execução e avaliação. Como objetivo primário, orientou-se os discentes à produção coletiva de *podcast*, como um instrumento comunicativo e extensionista, para a construção de materiais que dialogassem com temas contemporâneos, fundamentais para a sociedade, em consonância com os conteúdos de Direito Constitucional. A partir deste objetivo, os discentes possuíam autonomia para a escolha e desenho temático, em grupos de cinco a sete participantes.

Enquanto suporte para a sequência didática, foi desenvolvido um “Roteiro de produção de podcast”, estruturado em dez semanas, com atividades alocadas para o planejamento – *brainstorming*, diálogo entre o grupo, construção de temas, estruturação de roteiro - e execução – gravação do episódio, edição e postagem. Considera-se que três aspectos que endossavam a conexão entre a teoria e a prática: Seleção de leituras teóricas para embasamento do tema abordado; listar exemplos e casos concretos relacionados ao tema pensado; e buscar discussões relacionadas aos Poderes (Judiciário, Legislativo, Executivo).

O projeto foi desenvolvido a partir de agosto de 2024, com finalização das atividades de planejamento em outubro. Enquanto resultado, foi estruturado o *podcast* “Constituindo ideias”,

composto por uma introdução e dezesseis episódios, divulgado de modo *online* a partir da plataforma *Spotify*. Para qualificação da autonomia, abriu-se espaço para que os grupos sugerissem ideias para nome e identidade visual. Para a definição do *podcast* ao público, utilizou-se:

Constituindo Ideias é um podcast desenvolvido como um produto de extensão comunicativa pela disciplina de Direito Constitucional I, do curso de Graduação em Direito da UNESP. Em cada episódio, discutimos temas fundamentais do Direito Constitucional de maneira acessível e reflexiva, explorando questões que impactam diretamente a cidadania e a democracia no Brasil. Voltado para estudantes, profissionais e todos que se interessam por uma compreensão mais profunda do papel da Constituição em nossas vidas, o podcast busca promover o conhecimento jurídico com uma linguagem clara e envolvente.

Entre os temas abordados, foram gerados os seguintes episódios: "Propriedade: Direito de Todos ou Privilégio de Poucos?", "Constituição e Cultura Pop ao longo da história do Brasil", "STF X Congresso na questão das emendas parlamentares", "Atuação constitucional na regulamentação das redes", "Racismo e acesso ao esporte", "Mundo geek e Direito Constitucional", "Utilização de câmeras nos uniformes policiais", "A PL do aborto: a atuação do Legislativo e a repercussão popular", "Democracia: relação entre a Constituição de 1988, direitos fundamentais e soberania", "Crise da legitimidade do Tribunal Superior Eleitoral: atuação internacional e descrença como discurso político", "Sharenting: a exposição de crianças e seus impactos no Direito Constitucional", "Saber é poder, conhecendo a Constituição brasileira", "Os limites da liberdade de expressão e a importância do suporte da Constituição", "Entendendo a queda do Twitter", "Constituições e Processos de Democratização na América Latina", "Vozes em conflito: a liberdade de expressão no mundo digital".

Por conseguinte, o projeto se encontra na última etapa de desenvolvimento, com aplicação avaliativa pelos discentes e pela docente, de modo que seja possível ter uma visão ampliada dos resultados, em uma verificação da autopercepção do aluno, a avaliação do grupo e as perspectivas condensadas após a coleta de tais avaliações.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Direito. Parecer CES/CNE 211/2004, homologação publicada no DOU 23/09/2004, Seção 1, p. 24. Resolução CES/CNE 9/2004, publicada no DOU 01/10/2004, Seção 1, p. 17.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Cursos de Direito no Brasil: diretrizes curriculares e projeto pedagógico. 1. ed. Florianópolis: Habitus, 2019.

DIAS, Júlio César Sobral Pinto. Aprendizagem baseada em projetos. *In*: ALCÂNTARA, Elisa Ferreira Silva de. Inovação e renovação acadêmica: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativas. Volta Redonda, RJ: FERP, 2020.

SANSÃO, Eduarda, *et al.* Constituindo Ideias. São Paulo, 04 nov. 2024. Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/6quVHBjX2fip6kVOVFgObe?si=ab95ab8d35cd4d74>. Acesso em: 04 nov. 2024.